



PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE
Conselho de Administração

ACTA DA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Convocada para o dia 3 de Fevereiro de 2010, a 6ª reunião ordinária do Conselho de Administração teve lugar no dia 4 de Fevereiro de 2010, com início às 10:20 horas.

A reunião foi presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional e do Conselho de Administração, Senhor Fernando La Sama de Araújo e contou com a presença dos seguintes Membros: Deputado Antoninho Bianco, da FRETILIN, Deputado Arão Noé de Jesus Amaral, do CNRT, Deputada Gertrudes Moniz, do PD, Deputada Lolina Celeste de Deus, do PSD, Deputado Domingos da Costa, da ASDT, Sr. Adelino Afonso de Jesus, Representante dos Funcionários e Sr. João Rui Amaral, Secretário-Geral do PN e Secretário do Conselho de Administração.

A agenda de trabalhos foi aprovada sem alterações. Da agenda de trabalhos constavam os seguintes assuntos:

- 1 - Informações do Secretário-Geral ao Conselho de Administração:
 - Sobre o resultado do processo de recrutamento dos chefes de divisão.
 - Sobre a execução orçamento de 2010, mês de Janeiro.
 - Sobre o recrutamento de novos funcionários.
 - Sobre a confecção de souvenirs.
 - Sobre o “Curso sobre a Administração dos Parlamentos e Serviço Parlamentar”.
- 2 - Subvenção às Bancadas Parlamentares.
- 3 - Sistema e critérios da assistência médica aos Deputados.
- 4 – Devolução de veículos ao Património do Estado.

5 – Tomada de posse do Secretário-Geral, Directores e Chefes de Divisão.

6 – Diversos

- Queixas de funcionários em relação ao concurso para chefias das divisões
- Assembleia Parlamentar da CPLP

PONTO 1 DA AGENDA – INFORMAÇÕES DO SECRETÁRIO-GERAL AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando início aos trabalhos, o **Presidente** passou a palavra ao **Secretário-Geral** para tratar do 1º ponto da agenda, tendo este prestado a seguintes informações aos membros do Conselho:

Sobre o resultado do processo de recrutamento: O **Secretário-Geral** esclareceu sobre a forma como o processo foi conduzido, nomeadamente a constituição dos júris. Informou que dos 10 lugares postos a concurso, só 7 foram preenchidos. Apresentou os nomes dos candidatos seleccionados. Foi previamente distribuída aos membros a acta final dos concursos (**o documento vai arquivado junto com a presente acta**), donde constam estas informações.

O **Conselheiro Arão Noé Amaral** chamou a atenção para os cuidados a ter no recrutamento do chefe da divisão que trata do protocolo, que é uma área muito sensível e onde o Parlamento tem revelado enormes carências.

Ao comentário da **Conselheira Gertrudes Moniz**, que afirmou que se os actuais funcionários do audiovisual não têm condições de assumir a chefia da respectiva divisão, como se poderia esperar que alguém de fora, sem experiência parlamentar, pudesse fazê-lo, o **Secretário-Geral** explicou que a actual divisão não cuida apenas do audiovisual mas tem um escopo muito mais amplo. Ocupa-se da redacção, audiovisual, transcrição e documentação. O facto de se ter muita experiência técnica como operador de audiovisual, não qualifica alguém para a chefia de uma tal divisão.

Respondendo às intervenções dos **Conselheiros Antoninho Bianco e Adelino de Jesus**, que iam no mesmo sentido do comentário da Conselheira Gertrudes Moniz, o **Secretário-Geral** esclareceu que os júris estavam condicionados, nas suas decisões, aos critérios e requisitos da LOFAP, não podendo fazer concessões à margem da mesma. Afirmou

ainda que a avaliação dos candidatos, além do acima referido, levou em conta, necessariamente, as capacidades requeridas para o desempenho das responsabilidades e funções legais (LOFAP) dos chefes de divisão e as competências das respectivas divisões. Os painéis tiveram sempre presente que a sua conduta devia, como se impõe, ser imparcial e independente. Acrescentou ainda que o facto de um candidato ser funcionário do Parlamento Nacional não devia constituir uma vantagem à priori sobre os outros candidatos. A eventual vantagem teria de ser provada pelo candidato durante a entrevista.

O Presidente pediu a opinião do assessor Anildo da Cruz, sobre se se pode fazer uma alteração à estrutura orgânica do Secretariado-Geral de modo a separar o audiovisual, o qual respondeu que a alteração pode ser feita sem necessidade de alteração da LOFAP. Esclareceu ainda que cada divisão não cuida apenas de uma área, razão pela qual numa divisão há necessidade de profissionais de diferentes áreas. Afirmou ainda que o facto de um funcionário de uma certa divisão ser um bom profissional na sua área de intervenção não significava que pudesse ser um bom chefe de divisão, para cujo exercício do cargo são necessárias outras qualidades.

O **Conselheiro Antoninho Bianco** expressou a opinião de que se deveria pensar em converter a Divisão de Redacção, Audiovisual, Transcrição e Documentação numa Direcção.

Sobre a execução do Orçamento de 2010: Foi distribuído aos Conselheiros um sumário do orçamento de 2010 e o relatório da execução orçamental referente ao mês de Janeiro (**o documento vai arquivado junto com a presente acta**). O Secretário-Geral resumiu a informação sobre a execução referente ao mês de Janeiro.

O **Conselheiro Adelino de Jesus** solicitou que os documentos relacionados com os assuntos na agenda sejam distribuídos com antecedência para prévia leitura e reflexão.

O **Conselheiro Antoninho Bianco** referiu-se à necessidade de se conhecer a execução do orçamento de cada Comissão. O **Secretário-Geral** disse ser fácil através do uso do *FreeBalance*, a pedido da Comissão. A **Conselheira Gertrudes Moniz** aditou que é essa a prática na sua Comissão: solicitam ao Secretariado-Geral uma impressão do *FreeBalance*.

O **Conselheiro Arão Noé Amaral** solicitou a intervenção do Secretariado-Geral junto do Ministério das Finanças no que respeita à forma de dedução do imposto sobre o

vencimento, para a correcção do que se vê como um erro da parte do Ministério. O Secretário-Geral sugeriu que o Conselho de Administração solicitasse directamente ao Ministério em causa a clarificação necessária, pois todas as tentativas anteriores por parte do Secretariado-Geral não foram bem sucedidas. O **Presidente** concordou e propôs que, prevalecendo a situação o Conselho convidasse a Ministra da Finanças a vir oferecer as explicações necessárias.

O **Conselheiro Arão Noé Amaral** chamou a atenção em relação à prestação de contas e devolução de adiantamentos concedidos aos Deputados, quando se deslocam em viagem, no que foi acompanhado pelo **Conselheiro Antoninho Bianco**, o qual acrescentou que o Conselho de Administração deveria reforçar o controlo nesta matéria.

À pergunta do **Conselheiro Domingos da Costa**, o **Secretário-Geral** esclareceu que não houve aumento de salários dos motoristas e que o Parlamento segue a tabela de vencimentos da Fução Pública.

Sobre o recrutamento de novos funcionários: O **Secretário-Geral** explicou que está já em curso o planeamento respectivo, havendo porém um constrangimento maior que é a falta de espaço. Sobre o espaço esta prevista a construção de *kobe houses*. O **Presidente** e os **Conselheiros Gertrudes Moniz** e **Antoninho Bianco** expressaram especial preocupação com a falta de pessoal de apoio às Comissões, que a seu ver deve constituir prioridade. Foi distribuído um mapa com o sumário das posições a recrutar, distribuídos por Divisão, onde são contempladas 33 posições (**o documento vai arquivado junto com a presente acta**). As Divisões que ainda não têm chefes não estão ainda contempladas neste mapa.

Os Conselheiros aproveitaram para mencionar a necessidade de equipar as salas das Comissões com computador, impressoras e acesso à internet. Sobre o assunto, o **Presidente** instrui o Secretário-Geral a tomar medidas no sentido da satisfação destas necessidades.

Sobre a confecção de souvenirs: O **Presidente** fez a explicação introdutória, vez que foi o autor da ideia. A ideia consiste em confeccionar souvenirs que possam ser usados para oferta a visitantes ou para oferecer no exterior por delegações parlamentares. A ideia foi endossada por todos os Conselheiros, os quais avançaram algumas ideias e sugestões, nomeadamente sobre a criação de diferentes categorias de souvenirs e regras sobre quem as

pode oferecer. O **Secretário-Geral** foi incumbido de cuidar dos detalhes da sua concretização.

Falou-se da confecção de broche ou pin para Deputados e de um traje para ocasiões solenes no Parlamento Nacional.

Sobre o “Curso sobre a Administração dos Parlamentos e Serviço Parlamentar”: O Secretário-Geral fez uma breve explicação sobre as razões da realização do Curso e os seus objectivos. Fez a distribuição do documento de apresentação do Curso (**o documento vai arquivado junto com a presente acta**). O Secretário-Geral explicou que o material didáctico para o Curso, já em preparação, era também concebido à intenção dos Membros do Conselho de Administração e ser-lhes-á posteriormente disponibilizado, como contributo para o reforço da sua capacidade para o desempenho das funções de membros do Conselho de Administração. O Conselho congratulou-se com a iniciativa e endossou-a.

PONTO 2 DA AGENDA – SUBVENÇÃO ÀS BANCADAS PARLAMENTARES

O **Secretário-Geral** explicou que para aplicação do critério vigente para a concessão da subvenção, são necessários US \$186,875.00, mas só foram orçamentados US \$75,000. O critério vigente, adoptado pela Deliberação do Parlamento Nacional nº 5/2008, usa como unidade de referência o salário líquido do Deputado. Distribuiu um documento com os cálculos feitos com base na nova unidade de referência, a qual sofreu aumento com a recente aprovação da Regime Remuneratório dos Titulares dos Cargos Políticos (**o documento vai arquivado junto com a presente acta**). Os Conselheiros discutiram e ponderaram diferentes opções para uma solução. O Conselho foi unânime em considerar que se deveria manter o como limite máximo os US \$75,000.00, já orçamentados, e não recorrer a orçamento suplementar. Foi protosto apresentar uma alteração à actual deliberação que regula a subvenção às Bancadas Parlamentares. A proposta de alteração consiste no seguinte: 30% de US \$ 75,000 é dividido igualmente pelas 9 (nove) Bancadas e 70% de modo proporcional à representação de cada uma no Parlamento Nacional. O **Conselheiro Antoninho Bianco**, discordando dos 30%, contrapropôs 27%. Justificou dizendo que para assegurar que os partidos mais pequenos não recebam menos do que actualmente já recebem (US \$2,250.00), 27% é a percentagem exacta ($75,000 \times 27\% = 20,250 / 9 \text{ bancadas} = \text{US } \$2,250$). A questão

será levada à Conferência dos Líderes das Bancadas Parlamentares. Posteriormente será levada para deliberação do Plenário do Parlamento Nacional. O **Presidente** solicitou ao Secretariado-Geral a preparação de um projecto de deliberação.

PONTO 3 DA AGENDA – SISTEMA E CRITÉRIOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS DEPUTADOS

O **Secretário-Geral** explicou haver necessidade de se definir o sistema a aplicar na concessão de assistência médica aos Deputados. Há uma dotação orçamental de US \$150,000. São precisos critérios. O **Presidente** reforçou a opinião sobre esta necessidade, vez que até agora tem recaído sobre ele a responsabilidade da decisão. O Conselho deliberou o seguinte: conceder US \$1,000.00 (mil dolares americanos) a cada Deputado, para a realização de check-ups médicos, os quais serão transferidos para as suas respectivas contas bancárias. O restante constitui reserva para fazer face a situações de tratamento médico, a decidir caso a caso, em face das solicitações dos Deputados.

PONTO 4 DA AGENDA – DEVOLUÇÃO DE VEÍCULOS AO PATRIMÓNIO DO ESTADO

O **Secretário-Geral** informou que se tratam de veículos que foram objecto de doação ao Parlamento Nacional, mas continuam registados em nome do Estado, não constituindo património daquele. Foi decidido autorizar o Secretário-Geral a tratar da referida devolução, salvo dos veículos que apresentam condições de uso aceitáveis ou daqueles cuja reparação não exceda US \$1,000.00 (mil dolares americanos). Quanto a estes não vale a pena transferir a sua titularidade para o Parlamento Nacional, porque, considerando o seu estado, não durarão mais de um a dois anos.

PONTO 5 DA AGENDA – TOMADA DE POSSE DO SECRETÁRIO-GERAL, DIRECTORES E CHEFES DE DIVISÃO

O **Secretário-Geral** foi instruído a conduzir os preparativos da cerimónia de tomada de posse, para a qual devem ser convidados, além dos Conselheiros do Conselho de

Administração, os membros da Mesa, os membros das Mesas das Comissões e os Líderes das Bancadas.

DIVERSOS:

Queixas de funcionários: O **Conselheiro Domingos da Costa** referiu-se a queixas de funcionários de terem sido preteridos nas escolhas para chefes de divisão, e noutros casos de receberem salários inferiores a funcionarios admitidos depois deles. O **Secretário-Geral** esclareceu sobre o processo de recrutamento dos chefes de divisão sintetizando as explicações já anteriormente dadas acima.

Assembleia Parlamentar da CPLP: O **Presidente** informou que se realizará a II Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP nos próximos dias 8 a 10 de Março, em Lisboa. O Presidente referiu-se à necessidade de se constituírem *desks*, dedicados ao apoio à participação do Parlamento Nacional nas organizações internacionais a que está afiliada, nomeadamente União Interparlamentar e Assembleia Parlamentar da CPLP. O Presidente indigitou o **Sr. Adelino Afonso de Jesus**, ex-director do Secretariado, para se incumbir do apoio ao Parlamento nos assuntos relacionados com a sua participação na Assembleia Parlamentar da CPLP (CPLP *desk*).

A reunião foi encerrada às 13:35 horas.

Esta acta foi lida, achada conforme e aprovada pelo Conselho de Administração, na 2ª Reunião Ordinária, em 16 de Abril de 2010, e vai assinada pelo seu Presidente e todas as páginas por ele rubricadas.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Fernando La Sama de Araújo